

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Porantim

Class.: Pol. Indigenista Oficial / Funai

Data: Out. 1986

Pg.: 1073

Descentralização? Superintendente da Funai dá seu parecer

Se no início da reestruturação da Funai, com sua descentralização em superintendências regionais, surgiam dúvidas quanto ao seu real objetivo, hoje fatos concretos as eliminam.

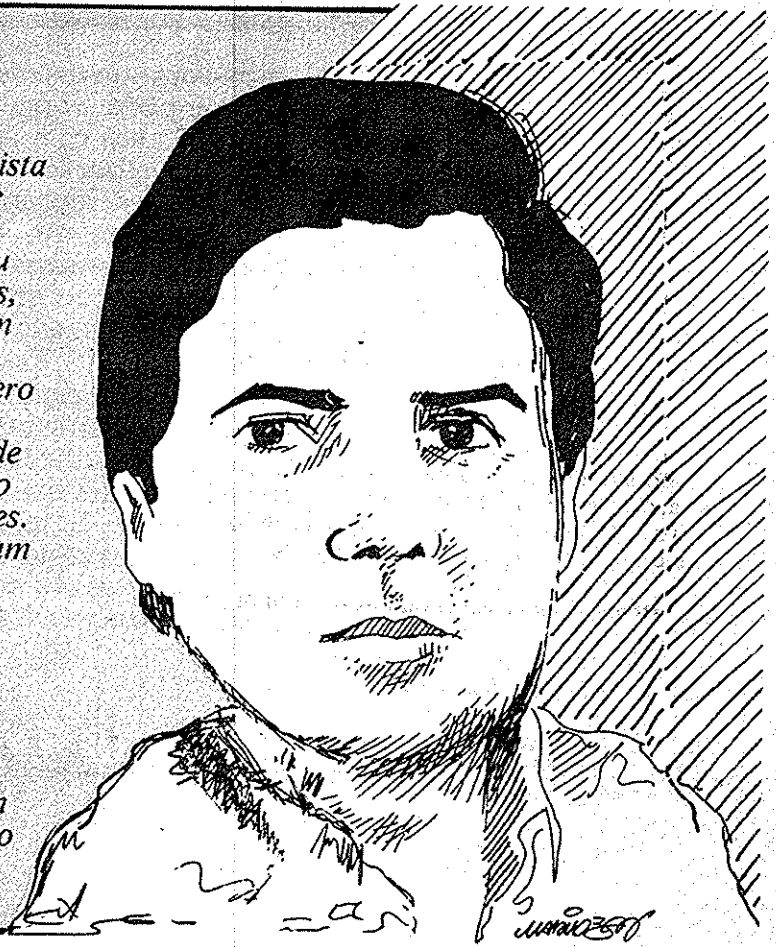
As últimas demarcações efetuadas pelo governo Sarney têm arrancado calorosos aplausos da imprensa diária com elogios à atual política indigenista oficial. Mas, melhor que ninguém, os índios sabem que tudo não passa de uma farsa, a realidade é outra. E estão reagindo a isso.

Em meados de setembro, os Txucahamãe, do Parque Indígena do Xingu deram uma amostra dessa reação. Mantiveram como refém, por cinco dias, a enfermeira da Funai, Fátima Marinho, e acabaram seqüestrando também Amaury Rodrigues superintendente regional em Goiânia que havia ido ao local intermediar a questão. A reivindicação: presença do presidente Romero Jucá para tratarem da vinculação direta do Parque com a Presidência da Fundação. O Parque Xingu está hoje vinculado, por decreto presidencial de 18 de março passado, à 6.ª Superintendência Regional como parte do plano de descentralização do órgão, com o que os Txucahamãe estão descontentes.

Romero não esteve na área por proibição do ministro do Interior, mas um grupo de aproximadamente 18 lideranças txucahamãe esteve em Brasília, juntamente com Amaury, a "convite" de Romero Jucá para discutir o assunto.

E este é apenas um dos fatos que não só coloca em xeque os "descuidados" elogios, como nos auxiliam numa análise mais próxima da verdade sobre as superintendências no contexto da Funai da "Nova República".

O PORANTIM procurou ouvir o outro lado da história e conversou com o responsável pela 4.ª Superintendência Regional, que abrange os estados do Pará e Amapá, Salomão Santos. Suas declarações, menos que contestarem, corroboram nossas previsões sobre as superintendências. Veja abaixo:



PORANTIM — Quais os benefícios da descentralização aos índios?

Salomão Santos — Olha, para o índio eu ainda não senti ainda qual vai ser a melhora. A idéia em si apresenta alguma melhora porque diminui o poder de decisão antes centralizado em Brasília. Mas isto, acrescenta, apenas se realmente as superintendências forem dotadas de uma estrutura adequada que possa atingir seus objetivos. (E aí está o grande problema... — NR)

PORANTIM — Qual a principal dificuldade que você encontra enquanto superintendente?

Salomão — O principal problema que eu tenho é o da definição de áreas indígenas. As pressões são muito violentas, é um processo muito lento. Além disso, a instabilidade do órgão (Funai) e as mudanças constantes de presidente têm causado grande insatisfação por parte das comunidades, pelo retardamento dessas soluções.

PORANTIM — A que se deve a morosidade no processo de demarcação?

Salomão — A falta de pessoal. Um elemento que vem fazer identificação aqui no Pará, já é chamado a fazer outra identificação antes de terminar o relatório em Brasília. Assim, vai acumulando trabalhos e esses técnicos realmente nem fazem os seus relatórios. Afora isto, existe também o decreto n.º 88.118 que desde

83 criou uma barreira na solução do problema (o decreto ampliou a tramitação burocrática com uma nova instância, o Grupo Interministerial).

PORANTIM — E a relação entre maior poder de decisão dada às superintendências e pressões locais?

Apesar de se dizer um elemento apartidário Salomão responde:

Salomão — A pressão sempre existiu e sempre vai existir, tanto as externas como as internas. Devido ao poder de decisão que a superintendência comporta ocorrerão mais pressões políticas em cima da gente. Vai caber muito ao superintendente ter consciência do papel que ele deve exercer então, não vejo que as pressões possam interferir na defesa dos direitos indígenas.

Salomão declara ainda não ter sido colocado a par de questões decisivas para o futuro do índio no Brasil como a questão de demarcação em áreas de fronteira, projetos econômicos, planos de desenvolvimento ou colônias agrícolas em terras indígenas. "Até agora não temos nenhum conhecimento sobre esses assuntos ou se vamos ser chamados ou não para opinar", declarou.

PORANTIM — Como você pretende conciliar — na área de jurisdição de sua superintendência, onde existem áreas indígenas em fronteira a demarcar — o direito do índio as suas terras e a posição

do Conselho de Segurança Nacional de encará-las como área de segurança nacional?

Salomão — Felizmente, na área de fronteira nós já temos a dos índios do Oiapoque demarcada. Agora, temos a Reserva Tumucumaque. Ainda não conhecemos direito as diretrizes preconizadas, mas é um assunto que está sendo estudado e ainda não tenho uma posição definida do presidente da Funai.

PORANTIM — Como você vê a situação do índio nesse plano de colônias agrícolas?

Salomão — Para o índio eu acho que não seria uma boa porque ele já tem sua vida, uma estrutura já definida. Então deverá haver em toda essa colonização, um limite de respeito para que não haja uma interferência muito grande nas áreas indígenas. Se isso ocorrer, nós vamos ter a desestruturação de suas aldeias, de sua organização e isso é muito mal. Muitos grupos na Amazônia não estão preparados para isso.

Salomão, no final da entrevista, dá ainda a sua definição do que é ser índio: "Ser índio é viver mais, viver melhor e dada a simplicidade de sua vida, no dia-a-dia, na solução de seus problemas nós vemos como ele é prático e quanto é mais puro nas suas decisões, na sua maneira de ser, não complicando muito as coisas como nós procuramos complicar".